

CONCURSO PÚBLICO

014. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o cartum para responder às questões de números 01 e 02.



(Estela May, "Péssima influências". *Folha de S.Paulo*, 22.02.2020)

01. Quanto à ideia do personagem de ser ele mesmo, conclui-se corretamente que as três pessoas que o bloquearam no aplicativo
- (A) receberam-no com bom humor.
 - (B) ignoraram-no pela superficialidade.
 - (C) viram-no como uma inovação.
 - (D) condenaram-no muito provavelmente.
 - (E) curtiram-no com certo entusiasmo.
02. Em conformidade com a norma-padrão, se a frase fosse proferida por uma pessoa do gênero feminino, assumiria a seguinte redação:
- (A) Me disseram pra eu ser eu mesma, mas isso me fez ser bloqueada por três pessoas no Instagram.
 - (B) Disseram-me para eu ser eu mesma, mas isso me fez ser bloqueada por três pessoas no Instagram.
 - (C) Me disseram pra eu ser eu mesma, mas isso me fez ser bloqueado por três pessoas no Instagram.
 - (D) Disseram-me para mim ser eu mesmo, mas isso me fez ser bloqueado por três pessoas no Instagram.
 - (E) Me disseram pra mim ser eu mesma, mas isso me fez ser bloqueada por três pessoas no Instagram.

Leia o texto para responder às questões de números 03 a 09.

Como as democracias adoecem

Para saber como as democracias morrem há legistas mais capazes na autópsia. Mas, para diagnosticar como adoecem, melhor observar o mal-estar dos fatos polêmicos à luz da ousadia pessoal dos influentes que os cometem e da letargia cívica com que os influenciados reagem a eles. Lesões oportunistas são obra de ideologias diversas que enfraquecem uma nação e comprometem sua saúde democrática.

Neste artigo, olho um período cheio de egolatrias em que ficamos à mercê da marca do outro. Assim como a gula, apetite sem limite de quem se sente situado no topo da cadeia alimentar, a voracidade é mecanismo próprio do mau instinto de quem não tem predador natural.

Se todos têm suas próprias razões no que fazem e estão tão mergulhados de interesse nelas, não se trata de liberdade de pensamento e é difícil imaginar reflexão de boa-fé. Existem ficções e existem fatos concretos. Embora pouco praticada entre nós, a psico-história da política costuma ser mais hábil para entender os venenos sutis que alimentam a ambição dos que são notícia.

Anda, evidente, muito mal conduzida nossa democracia. Mas isso não significa que tenha morrido. Lembra mais a lenda brasileira de que ninguém presta e não vai dar em nada. Lenda que impulsiona o caráter arbitrário do tipo que manda ver. Um costume primitivo, institucional, cuja dimensão ainda não compreendemos inteiramente. É onde estacionou a curva da civilização brasileira e dali jamais passou. Ali onde o mundo em que são cometidos crimes e as aberrações legais ameaça ficar parecido com o mundo onde deveria ser possível corrigir suas consequências.

(Paulo Delgado, "Como as democracias adoecem".
<https://opinioao.estadao.com.br>. 12.02.2020. Adaptado)

03. De acordo com o texto, colabora com o adoecimento da democracia
- (A) a psico-história da política, disseminadora de venenos sutis.
 - (B) a reação à possibilidade de limitação da liberdade de pensamento.
 - (C) a capacidade destrutiva de forças oriundas das egolatrias.
 - (D) o mau instinto instalado vagarosamente nas instituições sociais.
 - (E) a punição severa a crimes e a aberrações legais cometidos.

04. Ao tratar da democracia no último parágrafo, o autor sugere que ela

- (A) destruiu, com rigor, as bases de um costume tradicional e institucionalizado.
- (B) inexistiu, de fato, na sociedade brasileira, considerando a civilização do país.
- (C) chancela a premissa corrente de que ninguém presta na sociedade brasileira.
- (D) resiste na sociedade brasileira, apesar da limitação da civilização brasileira.
- (E) corresponde a um conceito de caráter arbitrário cuja dimensão é desconhecida.

05. Considere as passagens do texto:

- ... melhor observar o mal-estar dos fatos polêmicos à luz da **ousadia** pessoal dos influentes que os cometem e da **letargia** cívica com que os influenciados reagem a eles. (1º parágrafo)
- Neste artigo olho um período cheio de egolatrias em que ficamos **à mercê** da marca do outro. Assim como a gula, apetite sem limite de quem se sente situado no **topo** da cadeia alimentar... (2º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) coragem; desencanto; sob a autoridade; começo.
- (B) atrevimento; prostração; na dependência; ápice.
- (C) determinação; inércia; à semelhança; fim.
- (D) petulância; interesse; sob a tutela; entorno.
- (E) oportunismo; consciência; ao capricho; cume.

06. Assinale a alternativa em que o enunciado atende à norma-padrão de concordância.

- (A) Deveriam haver penas severas para os crimes e as aberrações absurdas que são constatados.
- (B) Há que se infligir penas severas para os crimes e as aberrações absurdos que são constatadas.
- (C) Infelizmente falta penas severas para os crimes e as aberrações absurdos que são constatados.
- (D) É preciso que seja infligido penas severas para os crimes e as aberrações absurdas que são constatadas.
- (E) Convém que se apliquem penas severas para os crimes e as aberrações absurdas que são constatados.

07. Na frase que inicia o último parágrafo – Anda, **evidente**, muito mal conduzida nossa democracia. –, o termo destacado tem valor de

- (A) advérbio, empregado para justificar a situação deplorável em que se encontra a saúde da democracia brasileira, reiterando que “Para saber como as democracias morrem há legistas mais capazes na autópsia.” (1º parágrafo)
- (B) adjetivo, empregado para caracterizar a condição da democracia brasileira, reiterando que é “melhor observar o mal-estar dos fatos polêmicos à luz da ousadia pessoal dos influentes que os cometem...” (1º parágrafo)
- (C) advérbio, empregado para confirmar a ideia de má condução da democracia brasileira, reiterando que “Lesões oportunistas são obra de ideologias diversas que enfraquecem uma nação e comprometem sua saúde democrática.” (1º parágrafo)
- (D) adjetivo, empregado para descrever a ação dos sujeitos que matam a democracia, reiterando a ideia “da ousadia pessoal dos influentes que os cometem e da letargia cívica com que os influenciados reagem”. (1º parágrafo)
- (E) advérbio, empregado para opor-se à ideia de que a população ignora os efeitos nocivos que recaem sobre a democracia brasileira, reiterando a ideia “da letargia cívica com que os influenciados reagem a eles.” (1º parágrafo)

08. Na passagem do 3º parágrafo – **Embora** pouco praticada entre nós, a psico-história da política costuma ser mais hábil **para** entender os venenos sutis **que** alimentam a ambição dos que são notícia. –, os termos destacados estabelecem, correta e respectivamente, relações de sentido de:

- (A) concessão, finalidade, restrição.
- (B) conclusão, conformidade, causa.
- (C) adversidade, causa, consequência.
- (D) concessão, comparação, explicação.
- (E) conclusão, finalidade, consequência.

09. Considere os trechos:

- ... melhor observar o **mal-estar** dos fatos polêmicos... (1º parágrafo)
- ... não se trata de liberdade de pensamento e é difícil imaginar reflexão de **boa-fé**. (3º parágrafo)

Considerando os sentidos do texto e a conformidade com a norma-padrão, cada um dos termos destacados tem como antônimo e flexão no plural, respectivamente:

- (A) comprazimento; mal-estares / dolo; boas-fés.
- (B) satisfação; males-estares / respeito; boa-fé.
- (C) disposição; males-estar / logro; boas-fés.
- (D) constrangimento; mal-estar / ultraje; boa-fé.
- (E) aflição; mal-estar / sinceridade; boas-fé.
10. Certa vez estive presente numa reunião em Brasília _____ se analisava decisão cogitada pelo governo federal. Surgiu uma dúvida jurídica e quem conduzia _____ reunião disse que recorreria _____ “turma do depende”, referindo-se _____ assessoria jurídica disponível. Um de seus membros veio _____ reunião e a dúvida existente foi-lhe apresentada. Começou _____ responder dizendo: “Depende...”. E veio uma gargalhada geral. A razão foi-lhe explicada.

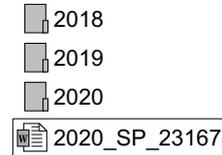
(Roberto Macedo, “Quanto crescerá o PIB em 2020? Depende...”.
<https://opinioao.estadao.com.br>. 20.02.2020. Adaptado)

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas dos enunciados devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) que ... a ... à ... a ... à ... a
- (B) onde ... à ... à ... à ... à ... a
- (C) em que ... a ... a ... à ... a ... à
- (D) aonde ... à ... à ... a ... à ... à
- (E) na qual ... a ... à ... à ... à ... a

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Um advogado, utilizando o Explorador de Arquivos do MS-Windows 10, ambos em configuração original, para organizar seus arquivos de processos por ano, abre uma pasta local de seu computador, chamada processos, e cria três novas pastas vazias, como se vê a seguir.



Ao clicar com o botão principal do mouse (mantendo o botão pressionado) sobre o arquivo de texto (fechado no momento), 2020_SP_23167.docx, visto na imagem, e arrastar até a pasta de nome 2020, soltando, nesse momento, o botão pressionado, a ação será:

- (A) ficarão selecionados o arquivo e a pasta 2020.
- (B) excluir o arquivo definitivamente.
- (C) mandar o arquivo inicialmente para a Lixeira.
- (D) mover o arquivo para a pasta 2020.
- (E) copiar o arquivo para a pasta 2020.
12. Um usuário, a partir de um documento vazio do MS-Word 2010, em sua configuração padrão, executou as seguintes ações, na ordem em que aparecem:
- 1 – Digitou a palavra “Pedra” seguida de um Enter.
 - 2 – Clicou em “Centralizar”.
 - 3 – Digitou a palavra “uma” seguida de um Enter.
 - 4 – Digitou a palavra “pedra” seguida de um Enter.
 - 5 – Digitou a palavra “no” seguida de um Enter.
 - 6 – Clicou em “Justificar”.
 - 7 – Digitou a palavra “caminho” seguida de um Enter.
 - 8 – Clicou em “Alinhar Texto à Direita”.

Após essas ações, o número de parágrafos centralizados é:

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

13. Observe a planilha a seguir, elaborada por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão, para gerar códigos de processos automaticamente.

| | A | B | C | D |
|---|------|--------|--------|---------------|
| 1 | Ano | Número | Estado | Código |
| 2 | 2020 | 14567 | SP | 2020-SP/14567 |
| 3 | 2020 | 2341 | SP | 2020-SP/2341 |
| 4 | 2017 | 3478 | MG | 2020-MG/3478 |
| 5 | | | | |

Após digitar os dados das colunas A, B e C, o usuário adicionou fórmulas na coluna D, para gerar os valores exibidos na imagem.

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a fórmula inserida na célula D2, para estar de acordo com a imagem exibida.

- (A) =CONCATENAR(A2;"TRAÇO";C2;"BARRA";B2)
(B) =CONCATENAR(A2;"-";C2;"/";B2)
(C) =CONCATENAR(A2;C2;B2)
(D) =CONCAT(A2;"TRAÇO";B2;"BARRA";C2)
(E) =CONCAT(A2;"-";C2;"/";B2)
14. Um advogado deparou-se com os ícones a seguir, retirados do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração original.



Dividir



Revelar



Forma

Os ícones exibidos são opções de

- (A) Modos de Exibição de Apresentação.
(B) Modos de Exibição Mestre.
(C) Temas.
(D) Transições.
(E) Animações.
15. Por meio do Google Chrome 78, em sua configuração padrão, um advogado deseja imprimir uma página sendo exibida, para fazer um registro.
- Assinale a alternativa que apresenta o atalho por teclado usado para imprimir a página.
- (A) Ctrl + P
(B) Ctrl + U
(C) Ctrl + I
(D) Alt + J
(E) Alt + M

16. Assinale a alternativa correta a respeito das súmulas vinculantes.

- (A) Os legitimados para provocar a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante são os mesmos que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.
(B) É obrigatória a manifestação prévia do Procurador-Geral da República em todas as propostas de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante.
(C) A súmula vinculante tem eficácia imediata, não havendo previsão legal que permita a modulação de efeitos.
(D) A proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.
(E) Cabe reclamação ao STF contra ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, desde que esgotadas as vias administrativas.

17. A respeito das imunidades parlamentares, assinale a alternativa correta.

- (A) A imunidade material, garantida aos membros do Poder Legislativo de todas as esferas de governo, torna o parlamentar irresponsável penal e civilmente por opiniões, palavras e votos, mas não impede a perda do cargo em caso de quebra do decoro parlamentar.
(B) Caso um senador e um cidadão não detentor de qualquer mandato cometam um crime, em concurso de agentes, estarão ambos acobertados pela imunidade formal e não poderão ser presos, salvo em flagrante delito.
(C) Não comete crime o vereador que, fora da circunscrição do seu município, mas, em razão de funções inerentes ao mandato, imputa crime a outro parlamentar de que sabe inocente.
(D) Os membros do Congresso Nacional poderão ser presos em caso de flagrante de crime inafiançável, hipótese em que os autos serão remetidos dentro de 48 horas à respectiva Casa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
(E) Cometido o crime durante o exercício funcional, prevalece a competência especial por prerrogativa, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados após a cessação daquele exercício.

18. Assinale a alternativa correta a respeito do controle de constitucionalidade.
- (A) A jurisprudência majoritária entende que o Brasil adota a teoria da nulidade, de modo que a declaração de inconstitucionalidade reveste-se ordinariamente de eficácia *ex tunc*.
 - (B) Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta a sua incidência no todo ou em parte, mesmo quando já houver pronunciamento do plenário ou órgão especial do respectivo Tribunal sobre a questão.
 - (C) Tratados internacionais não podem ser utilizados como parâmetro em sede de controle concentrado de constitucionalidade.
 - (D) Admite-se a intervenção de *amicus curiae* em processos objetivos de constitucionalidade, mas não há previsão legal quanto à sua intervenção em incidentes de arguição de inconstitucionalidade.
 - (E) A inconstitucionalidade nomoestática diz respeito a violações de norma constitucional definidora de formalidades ou procedimentos relacionados à elaboração de atos normativos.
19. Assinale a alternativa correta a respeito dos casos de inelegibilidade.
- (A) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes de qualquer pleito eleitoral.
 - (B) São inelegíveis, em todo o território nacional, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
 - (C) São inelegíveis os que forem condenados criminalmente, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena.
 - (D) São inelegíveis, exclusivamente para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República, até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos, os Ministros de Estado, os Magistrados, os Governadores de Estado e os Prefeitos Municipais.
 - (E) A inelegibilidade decorrente de condenação criminal se aplica, inclusive, aos crimes culposos e àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, bem como aos crimes de ação penal privada.
20. Quanto às diferenças e semelhanças do Mandado de Injunção e da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), é correto afirmar:
- (A) O mandado de injunção coletivo, assim como a ADO, tem previsão expressa na Constituição Federal.
 - (B) Ambos os instrumentos processuais servem ao combate da chamada “síndrome da inefetividade das normas constitucionais”.
 - (C) É admitida a concessão de medida liminar em ambas as ações.
 - (D) Tanto o mandado de injunção coletivo, como a ADO, possuem os mesmos legitimados ativos.
 - (E) Caso sejam julgadas procedentes, o julgador deverá, em ambas as ações, estabelecer as condições em que se dará o exercício dos direitos, das liberdades ou das prerrogativas reclamados e que não podem ser exercidos em razão da mora.
21. Com relação às medidas provisórias, é correto afirmar:
- (A) É possível a edição de medida provisória que verse sobre direitos individuais ou sobre casos de inelegibilidade.
 - (B) As relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência de medida provisória rejeitada conservar-se-ão por ela regidas, ainda que de forma diversa trate o Congresso Nacional mediante decreto legislativo.
 - (C) É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
 - (D) Não se admite a apresentação de emendas supressivas ou aditivas ao texto originário da medida provisória.
 - (E) Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
22. A respeito da intervenção federal, assinale a alternativa correta, com base na Constituição Federal.
- (A) Não se admite a intervenção da União em Município localizado em Território Federal.
 - (B) É de competência privativa do Presidente da República a decretação e execução da intervenção federal.
 - (C) Sempre será necessária a nomeação de interventor em caso de intervenção federal.
 - (D) É admitida a decretação de intervenção federal por tempo indeterminado.
 - (E) Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas estarão impedidas de retornar aos seus cargos.

- 23.** Assinale a alternativa correta, à luz da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, acerca das empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (A) O exercício da supervisão por vinculação da empresa pública ou da sociedade de economia mista, pelo órgão a que se vincula, pode ensejar a redução ou a supressão da autonomia conferida pela lei específica que autorizou a criação da entidade supervisionada.
 - (B) Apesar de a autonomia ser inerente à natureza da empresa pública e da sociedade de economia mista, a lei autoriza a ingerência do supervisor na administração e funcionamento das empresas públicas, devendo a supervisão ser exercida nos limites da legislação aplicável.
 - (C) As ações e deliberações do órgão ou ente de controle não podem implicar interferência na gestão das empresas públicas e das sociedades de economia mista a ele submetidas, nem ingerência no exercício de suas competências ou na definição de políticas públicas.
 - (D) A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, mais conhecida como Lei das Estatais, veda a possibilidade de a sociedade de economia mista de capital fechado ser transformada em empresa pública.
 - (E) É facultado à empresa pública e à sociedade de economia mista realizar, em ano de eleição para cargos do ente federativo a que sejam vinculadas, despesas com publicidade e patrocínio que excedam a média dos gastos no último ano que antecede o pleito.
- 24.** Acerca das parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, prevê *procedimento em que se analisa e se avalia a execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos*, que corresponde a
- (A) prestação de contas.
 - (B) apresentação das contas.
 - (C) análise e manifestação conclusiva das contas.
 - (D) procedimento averiguatório.
 - (E) processo investigativo.
- 25.** A competência para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa é
- (A) exclusiva do Conselho Nacional de Justiça.
 - (B) exclusiva do Congresso Nacional.
 - (C) concorrente do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional.
 - (D) exclusiva do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) exclusiva do Senado Federal.
- 26.** Ao tratar da instrução do processo administrativo, a Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, prevê a possibilidade de abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros. Sobre tal prática, é correto afirmar:
- (A) Não implica no fato de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas.
 - (B) Ocorre antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, para debates sobre a matéria do processo.
 - (C) Ocorre antes da decisão do pedido, podendo implicar em prejuízo para a parte interessada.
 - (D) O comparecimento à consulta pública confere, por si, a condição de interessado do processo.
 - (E) É vedada a participação de administrados por meio de organizações e associações, mesmo que legalmente reconhecidas.
- 27.** É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista
- (A) para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.
 - (B) para serviços e compras de valor até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e para alienações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez.
 - (C) quando não acudirem interessados à licitação anterior, e essa, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a empresa pública ou a sociedade de economia mista, bem como para suas respectivas subsidiárias, facultando-se a manutenção das condições preestabelecidas.
 - (D) para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha do imóvel, ficando dispensada a avaliação prévia.
 - (E) na contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições do contrato encerrado por rescisão ou distração, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

28. Sobre a responsabilidade da concessionária e do poder concedente, assinale a alternativa que reflete o disposto na Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995:

- (A) Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros; a fiscalização exercida pelo órgão competente atenua essa responsabilidade.
- (B) Transfere responsabilidade a concessionária que contrata com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.
- (C) Incumbe ao poder concedente captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.
- (D) A empresa líder do consórcio é a responsável perante o poder concedente, pelo cumprimento do contrato de concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas.
- (E) Incumbe à concessionária declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente; será do poder concedente a responsabilidade pelas indenizações cabíveis.

29. Assinale a alternativa que reflete o posicionamento sumular do STF em matéria de desapropriação.

- (A) É necessária prévia autorização do Presidente da República para desapropriação, pelos Estados, de empresa de energia elétrica.
- (B) No processo de desapropriação, não são devidos juros compensatórios desde a antecipada imissão de posse, ordenada pelo juiz, por motivo de urgência.
- (C) Na indenização por desapropriação não se incluem os honorários do advogado do expropriado.
- (D) Na chamada desapropriação indireta, os juros compensatórios são devidos a partir da declaração de utilidade pública, desde que tenha atribuído valor atual ao imóvel.
- (E) Pela demora no pagamento do preço da desapropriação cabe indenização complementar, além dos juros.

30. É nulo o negócio jurídico quando

- (A) celebrado por pessoa relativamente incapaz.
- (B) for ilícito, impossível ou indeterminado, mesmo que determinável o seu objeto.
- (C) o motivo determinante para uma das partes for ilícito.
- (D) os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados, não subsistindo o que se dissimulou, mesmo que válido for na substância e na forma.
- (E) contiver declaração não verdadeira, subsistindo o que se dissimulou, se válido for na substância e forma.

31. O comodato é uma espécie de empréstimo que tem as seguintes características:

- (A) é gratuito, tem por objeto coisas fungíveis, perfaz-se com a tradição do objeto, tem prazo determinado e, no caso de dois comodatários simultâneos, a responsabilidade é solidária.
- (B) é gratuito, tem por objeto coisas não fungíveis, perfaz-se na data de assinatura, não tem prazo determinado e, mesmo no caso de dois comodatários simultâneos, a responsabilidade é subsidiária, respondendo primeiro o responsável pela assinatura do comodato.
- (C) é gratuito, tem por objeto coisas não fungíveis, perfaz-se com a tradição do objeto e, no caso de dois comodatários simultâneos, a responsabilidade é solidária.
- (D) é oneroso, tem por objeto coisas não fungíveis, perfaz-se na data de assinatura, não tem prazo determinado e, mesmo no caso de dois comodatários simultâneos, a responsabilidade é subsidiária, respondendo primeiro o responsável pela assinatura do comodato.
- (E) é oneroso, tem por objeto coisas fungíveis, perfaz-se com a tradição do objeto, tem prazo determinado e, no caso de dois comodatários simultâneos, a responsabilidade é solidária.

32. A lei confere hipoteca

- (A) às pessoas de direito público, interno ou externo, sobre os imóveis pertencentes aos encarregados da cobrança, guarda ou administração dos respectivos fundos e rendas.
- (B) ao credor sobre o imóvel arrematado, para garantia do pagamento do restante do preço da arrematação.
- (C) aos descendentes ou aos ascendentes, sobre os imóveis daquele que passar a outras núpcias, antes de fazer a partilha de bens do casal anterior.
- (D) ao ofendido, sobre os imóveis do delinquente, para satisfação do dano causado pelo delito e pagamento das despesas judiciais, não podendo a hipoteca ser conferida aos herdeiros do ofendido.
- (E) ao co-herdeiro, para garantia do seu quinhão ou torna da partilha, sobre os bens móveis e imóveis adjudicados ao herdeiro reponente.

33. A legitimação de posse, instrumento de uso exclusivo para fins de regularização fundiária, constitui ato do poder público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da Reurb. A respeito do tema, objeto da Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016, convertida na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, é correto afirmar que a legitimação da posse

- (A) após convertida em propriedade, constitui forma originária de aquisição de direito real.
- (B) será transferida apenas por ato *inter vivos* para aqueles que não sejam concessionários de imóvel urbano.
- (C) será transferida apenas por *causa mortis* para aqueles que não sejam proprietários de imóvel rural.
- (D) se aplica aos imóveis urbanos situados em área de titularidade do poder público.
- (E) poderá ser convertida em título de propriedade decorrido o prazo de dez anos de seu registro.

34. Considere as seguintes situações hipotéticas e assinale a alternativa que corresponde aos casos que estão de acordo com a legislação vigente.

(i) Tiago foi recentemente contratado por uma multinacional e teve sua residência transferida para a Argentina. Para complementar a sua renda, decidiu locar o imóvel de sua propriedade, no Brasil, para Bruna. No contrato, as partes fixaram o valor do aluguel em dólares e inseriram cláusula de reajuste; (ii) Luana aluga um imóvel para Tadeu há 2 anos. Como eram bons amigos, no contrato não houve previsão de reajuste. Atualmente, Luana, passando por dificuldades econômicas, solicitou, amigavelmente, reajuste a Tadeu, que não aceitou. Luana Ajuíza pedido de revisão judicial do aluguel para ajustá-lo ao preço de mercado; (iii) Soraia é locatária de Sara e paga o valor mensal de R\$ 1.000,00 (mil reais). Após dois anos de contrato, Soraia decide se mudar para a casa de seu namorado e sublocar o imóvel para Amanda, pelo valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais); e (iv) Marta decide alugar seu apartamento a Cleber pelo período de 36 (trinta e seis) meses. Fica acordado no contrato que não haverá qualquer modalidade de garantia e, por isso, o valor do aluguel será pago antecipadamente.

- (A) Tiago, Luana, Soraia e Marta.
- (B) Soraia e Marta.
- (C) Luana e Soraia.
- (D) Marta.
- (E) Luana e Marta.

35. Poderá ser proferida decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida

- (A) como regra geral do direito processual civil.
- (B) no caso de concessão de tutela de evidência, quando ficar caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
- (C) no caso de concessão de tutela de evidência, quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o Réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.
- (D) no caso de concessão de tutela de evidência, desde que demonstrado o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando as alegações de fato puderem ser comprovadas documentalmente.
- (E) nos casos de tutela provisória de urgência.

36. Há confissão, judicial ou extrajudicial, quando a parte admite a verdade de fato contrário ao seu interesse e favorável ao do adversário.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A confissão judicial faz prova contra o confitente, prejudicando os eventuais litisconsortes.
- (B) A confissão extrajudicial, quando feita oralmente, só terá eficácia nos casos em que a lei não exija prova literal.
- (C) Vale como confissão, desde que realizada em juízo, a admissão de fatos relativos a direitos indisponíveis.
- (D) A confissão pode ser revogada, caso seja decorrente de erro de fato ou de coação.
- (E) A confissão, em regra, é divisível, podendo a parte que a quiser invocar como prova aceitá-la no tópico que a beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável.

37. O fundamento é elemento essencial da sentença e consiste na parte em que
- (A) o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submetem, considerando-se fundamentada a sentença que empregar conceitos jurídicos indeterminados.
 - (B) contém os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo, considerando-se fundamentada a sentença que invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.
 - (C) o juiz analisará as questões de fato e de direito, considerando-se fundamentada a sentença que enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
 - (D) o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submetem, considerando-se fundamentada a sentença que se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula.
 - (E) o juiz analisará as questões de fato e de direito, considerando-se fundamentada a sentença que deixar de seguir enunciado de súmula, mesmo que sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento.
38. No que diz respeito ao mandado de segurança coletivo, previsto na Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, assinale a alternativa correta.
- (A) No mandado de segurança coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.
 - (B) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos de parte de seus membros ou associados, desde que pertinentes às suas finalidades e mediante autorização especial.
 - (C) Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo podem ser individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum ou situação específica, desde que da totalidade dos associados ou membros do impetrante.
 - (D) No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada ilimitadamente.
 - (E) O mandado de segurança coletivo induz litispendência, e os efeitos da coisa julgada beneficiarão o impetrante a título individual.
39. Assinale a alternativa que elenca as características do Juizado Especial da Fazenda Pública.
- (A) Cabe reexame necessário em todos os casos em que a Fazenda Pública seja vencida; são admitidos recursos contra as decisões interlocutórias e sentença.
 - (B) Cabe reexame necessário apenas nas causas cuja condenação seja superior a 40 salários mínimos; somente se admite recurso contra a sentença.
 - (C) Cabe reexame necessário apenas nas causas cuja condenação seja superior a 60 salários mínimos; somente se admite recurso contra a sentença.
 - (D) Não cabe reexame necessário; admite-se recurso excepcionalmente, no caso de deferimento, pelo juiz, de providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou incerta reparação.
 - (E) Não cabe reexame necessário; são admitidos recursos contra as decisões interlocutórias e sentença.

DIREITO DO CONSUMIDOR

40. Marcela trabalha em uma empresa que contratou um seguro saúde visando prestar assistência médica a seus empregados. Tal empresa gestora do seguro saúde, ao abordar os empregados de tal empresa, disse que o formulário a ser preenchido para adesão era apenas formalidade, pois em razão da parceria firmada com a empresa empregadora, tudo já estaria pré-aprovado. Marcela preencheu tal documento. Depois de um mês, Marcela recebe um comunicado do seguro saúde dizendo que ela não foi aprovada, após a análise do formulário, e, por isso, não teria a cobertura do seguro saúde. Diante desse quadro, é certo afirmar que
- (A) Marcela não pode ser considerada consumidora nessa relação, pois o contrato foi celebrado entre sua empregadora e a empresa de seguro saúde, não se aplicando as regras do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso em tela.
 - (B) o caso descrito é de publicidade abusiva, e Marcela poderá exigir, por essa razão, o cumprimento forçado da obrigação.
 - (C) a aplicação da lei civil deve ser requerida, já que Marcela não é consumidora no caso descrito, sendo que poderá alegar que houve omissão por parte do seguro saúde no momento da contratação e, por isso, o contratado tem obrigação de mantê-la como beneficiária do serviço.
 - (D) o caso em tela revela a existência de uma relação de consumo nos termos da legislação consumerista, sendo que a proposta oferecida pelo seguro saúde tem natureza de pré-contrato e integra o contrato que foi celebrado, não podendo ser Marcela excluída do seguro saúde posteriormente.
 - (E) caso Marcela queira exigir sua manutenção no seguro saúde, deverá ingressar com demanda judicial contra sua empregadora e o seguro saúde, pois ambos são considerados fornecedores com relação a ela e são solidariamente responsáveis pela negativa apresentada.

41. Josefina procurou a instituição financeira Cofre S/A para oferecer em penhor joias de sua família, em troca de um crédito. Assinou um contrato de adesão de mútuo, tendo como garantia o penhor e, após a entrega das joias da família, recebeu o crédito em sua conta. Das 24 parcelas a serem pagas pelo mútuo, já quitou 12, sendo que pelas redes sociais descobriu que o Banco Cofre foi vítima de um roubo. Preocupada com as joias empenhadas, entrou em contato com o banco, que relatou terem sido perdidos todos os objetos empenhados. Josefina se desesperou e questionou como ficaria a devolução dos bens ao final do contrato. O banco esclareceu a Josefina que o contrato trazia expresso que em caso de furto ou roubo dos bens empenhados, o banco, ao final do contrato, apenas reembolsaria o valor de 30% da avaliação das joias. Diante desse caso concreto, é certo afirmar que
- (A) Josefina deverá receber somente o valor expresso em contrato, pois ao assiná-lo anuiu ao fato de que, em caso de furto e roubo, teria direito apenas à indenização de 30% sobre o valor da avaliação dos bens empenhados.
 - (B) para que Josefina discuta judicialmente a legalidade da cláusula contratual, não é necessário que faça pedido expresso, pois em se tratando de cláusulas abusivas, o juiz poderá decretá-las nulas, mesmo sem requerimento da parte.
 - (C) é abusiva a cláusula contratual que restringe a responsabilidade de instituição financeira pelos danos decorrentes de roubo de bem entregue em garantia no âmbito de contrato de penhor civil.
 - (D) por ser aplicado ao caso a teoria do “pacta sunt servanda”, é certo que não se tem possibilidade de discutir a legalidade das cláusulas, por não ser aposta a instituições financeiras as regras do Código de Defesa do Consumidor.
 - (E) para o ajuizamento de ação contra o banco, Josefina deve demonstrar que antes notificou a instituição financeira, via aviso de recebimento, visando ao ressarcimento integral dos bens roubados, sem sucesso.
42. Assinale a alternativa que é exemplo de serviço remunerado de forma direta, classificado como relação consumista pelo Código de Defesa do Consumidor.
- (A) Utilização de hospital público para realização de cirurgia.
 - (B) Uso de vagas de estacionamento em supermercados que oferecem gratuitamente tal serviço.
 - (C) Adesão a um site de relacionamento social unicamente através de cadastro prévio.
 - (D) Serviço de transporte público gratuito para idosos.
 - (E) Concessão de serviço de distribuição de energia elétrica com medição de consumo mensal.
43. Assinale a alternativa que consagra uma das súmulas vigentes do STJ acerca do serviço de proteção ao crédito, que é corolário da correta forma de se realizar cobrança de dívidas pelas regras consumeristas.
- (A) A inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de três anos, independentemente da prescrição da execução.
 - (B) Não cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição em seu banco de dados.
 - (C) Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito cabe indenização por dano moral, mesmo quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento.
 - (D) É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negatização de seu nome em bancos de dados e cadastro.
 - (E) A utilização de escore de crédito, método estatístico de avaliação de risco, constitui banco de dados e dispensa o consentimento do consumidor, que terá o direito de solicitar esclarecimentos sobre as informações pessoais valoradas e as fontes dos dados considerados no respectivo cálculo.
44. Numa ação coletiva *lato sensu*, onde se discutia a enganiosidade de uma publicidade, o Juiz julgou a ação totalmente procedente. Essa transitou em julgado. Assim, é correto afirmar que a decisão
- (A) não forma coisa julgada, tendo em vista ser derivada de ação coletiva.
 - (B) terá efeitos *erga omnes*, por se tratar de interesses difusos.
 - (C) surtirá efeitos ultra partes, por dizer respeito a direitos individuais homogêneos.
 - (D) conterà efeitos *erga omnes*, por ter analisado direitos coletivos *stricto sensu*.
 - (E) não terá efeitos, por ser decisão que não analisou o mérito da questão.

DIREITO TRIBUTÁRIO

45. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- (A) cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- (B) instituir tributos de qualquer espécie sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- (C) instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
- (D) instituir tributos sobre fonogramas e videofonogramas musicais contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros, ainda que produzidos no exterior.
- (E) instituir impostos sobre serviços e rendas uns dos outros que sejam relacionados com exploração de atividades econômicas em que haja contraprestação ou pagamento de tarifas pelo usuário.

46. É permitido à União instituir empréstimos compulsórios

- (A) para atender a despesas ordinárias, às decorrentes de calamidade pública e às de guerra civil, sempre mediante lei complementar.
- (B) mediante lei complementar, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- (C) mediante lei ordinária, para o refinanciamento da dívida mobiliária federal.
- (D) mediante lei ordinária, para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública ou de guerra externa.
- (E) mediante lei ordinária, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

47. De acordo com a Constituição Federal, é necessária lei complementar para

- (A) instituir impostos extraordinários, na iminência ou no caso de guerra externa, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- (B) instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos.
- (C) instituir contribuições sociais e contribuições de interesse de categorias profissionais.
- (D) instituir contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.
- (E) instituir imposto sobre grandes fortunas.

48. Caso “A” e “B” celebrem negócio jurídico sob condição resolutória, para a transmissão onerosa da propriedade de bem imóvel, é correto afirmar que se considerarem ocorrido o fato gerador de eventual tributo incidente sobre a transmissão da propriedade e existentes os seus efeitos, desde o momento

- (A) em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
- (B) do implemento da condição, isto é, de ocorrido o ato ou fato futuro e certo a cujos efeitos o fato gerador se sujeita.
- (C) do implemento da condição, isto é, de ocorrido o ato ou fato futuro e incerto a cujos efeitos o fato gerador se sujeita.
- (D) da celebração do negócio jurídico.
- (E) em que ocorra o pagamento relativo à transmissão da propriedade do bem pelo comprador ao vendedor.

49. Sobre as preferências do crédito tributário na falência, é correto afirmar:

- (A) o crédito tributário não prefere aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.
- (B) o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição.
- (C) a lei não poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho.
- (D) a multa tributária prefere aos créditos subordinados e aos créditos extraconcursais.
- (E) o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição.

DIREITO DO TRABALHO

50. Sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros, assinale a alternativa correta.

- (A) A empresa de trabalho temporário não precisa estar registrada no órgão competente do Poder Executivo Federal.
- (B) É responsabilidade da empresa contratada garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, independentemente do local onde o trabalho será realizado.
- (C) O contrato de trabalho temporário, com relação ao mesmo empregador, não poderá exceder o prazo de noventa dias.
- (D) O trabalhador temporário que cumprir o período máximo permitido na lei, somente poderá ser colocado à disposição da mesma tomadora de serviços em novo contrato temporário, após seis meses do término do contrato anterior.
- (E) A contratante é subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer o trabalho temporário.

- 51.** A respeito do emprego público, assinale a alternativa correta.
- (A) Decretos, instruções normativas e portarias podem criar cargos públicos.
 - (B) Não há que se falar em hibridismo de normas.
 - (C) O regime jurídico é estatutário.
 - (D) O entendimento sumulado do TST é de que aos empregados de empresas públicas não é garantida a estabilidade definitiva após três anos de exercício.
 - (E) Conforme súmula do TST, os empregados públicos de entidades de direito público não possuem direito a estabilidade.
- 52.** Conforme disposição na CLT sobre dano extrapatrimonial, é correto afirmar que
- (A) não *poderá* ser pleiteada cumulativamente com a indenização por danos materiais decorrentes do mesmo ato lesivo.
 - (B) a autoestima não é um bem jurídico tutelável.
 - (C) se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização de ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido.
 - (D) no que se refere a pessoa jurídica, o sigilo da correspondência não é um bem juridicamente tutelado.
 - (E) se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização de ofensa de natureza gravíssima, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido.
- 53.** Quanto aos sindicatos e à organização sindical, assinale a alternativa correta.
- (A) É vedada a pessoas físicas ou jurídicas, estranhas ao Sindicato, qualquer interferência na sua administração ou nos seus serviços. A regra vale, inclusive, para os empregados que exerçam cargos no Sindicato mediante autorização da Assembleia Geral.
 - (B) Impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas é uma das prerrogativas dos sindicatos.
 - (C) Poderá ser reconhecido mais de um Sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, em uma dada base territorial, desde que no limite de até três para a mesma região.
 - (D) Dentro da base territorial que lhe for determinada, é obrigatório ao sindicato instituir delegacias ou seções para melhor proteção dos associados e da categoria econômica ou profissional ou profissão liberal representada.
 - (E) O voto nas eleições sindicais não é obrigatório aos associados.
- 54.** Responderá por perdas e danos aquele que litigar de má-fé. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.
- (A) A má-fé é aplicável somente ao reclamante e reclamado, não podendo ser aplicada ao interveniente.
 - (B) A condenação não poderá ser de ofício, mas tão somente por requerimento das partes.
 - (C) A execução da multa por litigar de má-fé dar-se-á em autos apartados.
 - (D) Quando o valor da causa for irrisório, a multa poderá ser fixada em até duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
 - (E) Deduzir pretensão ou defesa contra fato incontroverso não é causa de litigância de má-fé.
- 55.** Quanto aos Tribunais Regionais, quando divididos em Turmas, não competirá ao Tribunal Pleno, especialmente:
- (A) julgar os agravos de petição e de instrumento, estes de decisões denegatórias de recursos de alçada das Turmas.
 - (B) processar, conciliar e julgar originariamente os dissídios coletivos.
 - (C) processar e julgar originariamente as revisões de sentenças normativas.
 - (D) processar e julgar em última instância os recursos das multas impostas pelas Turmas.
 - (E) julgar em única ou última instâncias os processos e os recursos de natureza administrativa atinentes aos seus serviços auxiliares e respectivos servidores.
- 56.** A respeito da execução no processo do trabalho e liquidação de sentença, assinale a alternativa correta.
- (A) A execução será promovida pelas partes, sendo vedada a execução de ofício.
 - (B) A liquidação não abrangerá o cálculo das contribuições previdenciárias.
 - (C) A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela variação da taxa Selic.
 - (D) Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo sucessivo de oito dias para impugnação.
 - (E) Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação.

LEIS ESPECIAIS

57. Nos termos da Lei nº 11.445/2007, é correto afirmar sobre o saneamento básico no Brasil que

- (A) não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços.
- (B) os recursos hídricos integram os serviços públicos de saneamento básico, sendo o direito de uso desses recursos concedido automaticamente, no caso de concessão dos serviços de saneamento.
- (C) a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços públicos de saneamento básico não poderá ser delegada por seus titulares a consórcios públicos.
- (D) a prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de convênio, sendo vedada a sua disciplina mediante contrato.
- (E) os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador apenas nas situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens.

58. Nos termos da Lei nº 12.016/2009, não cabe mandado de segurança

- (A) impetrado por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico, ainda que de autenticidade comprovada.
- (B) contra ato do qual caiba recurso administrativo sem efeito suspensivo.
- (C) que tenha por objeto a compensação de créditos tributários.
- (D) que objetive a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior.
- (E) contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

59. É correto afirmar, com base na Lei nº 9.605/1998, que a responsabilidade de pessoas jurídicas por infrações derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente

- (A) abrange apenas a responsabilidade civil e administrativa, não abrangendo a responsabilidade penal, uma vez que esta exige sempre a demonstração de dolo ou culpa.
- (B) não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato ou ato lesivo.
- (C) impede a desconsideração da personalidade jurídica quando esta for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente, sem que se comprove fraude.
- (D) depende de sentença penal condenatória na qual se fixará o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo meio ambiente.
- (E) permite a qualquer pessoa do povo, constatando infração ambiental, lavrar auto de infração ambiental, para efeito do exercício do poder de polícia estatal.

60. Segundo a Lei nº 10.257/2001, para que se determine o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, é necessário(a)

- (A) que o aproveitamento do terreno seja superior ao máximo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente.
- (B) que o proprietário seja notificado pelo Poder Executivo estadual para o cumprimento da obrigação, devendo a notificação ser publicada em jornal de grande circulação.
- (C) lei municipal específica para área incluída no plano diretor, fixando as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.
- (D) prévia aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.
- (E) prévia rejeição de projeto de licenciamento de obra apresentado pelo proprietário do terreno relativo à obrigação.

